



Fundo Social de São Paulo

São Paulo, 05 de agosto de 2024.

Ofício CELMI nº 45/2024

Assunto: **NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**  
Ref.: 001.00007911/2024-15 – Impugnação ao Edital de Credenciamento FUSSP nº 01/2024

Prezado(a) Senhor(a),

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos pelo presente, em resposta à Impugnação ao Edital de Credenciamento FUSSP nº 01/2024, protocolada em 31/07/2024, via e-mail gabinetefussp@sp.gov.br, notificar V.Sa. sobre a decisão exarada em 02/08/2024 pela Chefe de Gabinete do Fundo Social de São Paulo, em documentação anexa ao presente ofício, nos termos do item 12. do referido edital.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** REBEKA DYONEE SILVA MACIEL  
Data: 05/08/2024 09:19:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**REBEKA DYONEE SILVA MACIEL**  
Presidente  
Comissão Executiva de Leilão de Materiais Inservíveis – CELMI  
Fundo Social de São Paulo

Ilustríssimo(a) Senhor(a)  
**DANIEL ELIAS GARCIA**  
Leiloeiro(a) Oficial – JUCESP nº 1146  
e-mail: atendimento6@dgleiloes.com.br, contato@dgleiloes.com.br  
cmex/rdsm



**Governo do Estado de São Paulo  
Casa Civil  
Centro de Material Excedente**

**MANIFESTAÇÃO**

**Nº do Processo:** 001.00007885/2024-25

**Interessado:** @interessados\_virgula\_espaco@

**Assunto:** DANIEL ELIAS GARCIA (JUCESP) 1146 - Impugnação ao Edital de Credenciamento FUSSP 01/2024

PROCESSO : nº **001.00007885/2024-25**  
IMPUGNANTE : DANIEL ELIAS GARCIA – JUCESP Nº 1146  
IMPUGNADO : FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO - FUSPP  
ASSUNTO : Impugnação ao Edital de Credenciamento FUSPP nº 01/2024

Senhora Chefe de Gabinete,

1. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO**, intempestiva, interposta por **DANIEL ELIAS GARCIA**, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP em 17/03/2020, matrícula sob o nº 1146, portador do RG nº 3.172.018, inscrito no CPF/MF sob nº 910.192.149-53, com endereço na Alameda Santos, 1773, Caixa Postal 104779, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP: 01419-000, telefone (11) 3493-0397 / 0800-278-7431, endereço eletrônico contato@dgleiloes.com.br, doravante denominado IMPUGNANTE, contra os termos do Edital de Credenciamento FUSPP nº 01/2024, referente ao processo digital SEI/SP nº 001.00000659/2024-13.

2. Em tempo, informamos que esta Comissão Executiva de Leilão de Materiais Inservíveis, instituída pela Portaria FUSPP/CG nº 0030188837, de 10 de junho de 2024, publicada no DOE de 12-06-2024, nos termos do edital de credenciamento, possui competência para receber e analisar os documentos entregues para cadastramento, requerer envio de novos documentos (se necessário), elaborar a lista de classificação inicial, inabilitar interessados, alocar novos interessados durante o cadastro permanente, receber recursos, solucionar casos omissos do edital, e, por consequência, opinar sobre eventuais pedidos de impugnação ao edital, previamente à decisão da autoridade competente.

**I – PRELIMINARMENTE**

**1.1. DA ADMISSIBILIDADE**

3. Na seara de admissibilidade, consigna-se que é assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito à petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos,

nos termos do artigo 23, *caput*, da Lei nº 10.177, de 30/12/1998 e artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

4. No caso em atento, verifica-se, ainda, que a petição (0035429313) teria atendido aos pressupostos de legitimidade, interesse processual e fundamentação, para análise de seu mérito, restando ausente, entretanto, a tempestividade.

## 1.2. DA INTEMPESTIVIDADE

5. Entretanto, verificamos que a petição foi protocolada em **31/07/2024**, via e-mail [gabinetefusssp@sp.gov.br](mailto:gabinetefusssp@sp.gov.br), ou seja, **fora do prazo** admitido no edital e na lei de licitações e contratos vigente, restando prejudicada o conhecimento e análise do seu mérito.

6. Isto porque, de acordo com o artigo 164, da Lei federal nº 14.133, de 2021, os pedidos de impugnação ao edital ou esclarecimento sobre os seus termos deverão ser protocolados até 3 (três) dias úteis que antecedem a abertura do certame. Vejamos:

“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.”

7. Desta forma, considerando que o Edital de Credenciamento FUSSP nº 01/2024 prevê, em seu item 5.2, que os pedidos de inscrição dos interessados em participar da classificação inicial serão recebidos até o dia **05/08/2024**; que a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado, por meio eletrônico, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido (item 12.3); e que as impugnações não suspendem os prazos do certame, concluímos que o prazo para recebimento dos pedidos de impugnações ou esclarecimentos **se estendeu até 30/07/2024**.

8. Por esta razão o pedido de impugnação ao edital **não merece ser conhecido**.

## II– DAS ALEGAÇÕES DO IMPUGNANTE

9. Em apertada síntese, o impugnante protocolou, intempestivamente, a presente impugnação, arguindo, basicamente, que o artigo 42, do Decreto-lei nº 21.981, de 19/10/1932, que trata sobre a distribuição rigorosa de escala de antiguidade de leiloeiros oficiais, não foi recepcionado pela Constituição Federal da República de 1988, especificamente no que se refere ao artigo 37, inciso XXI, que motivou a criação da Lei federal nº 8.666, de 21/06/1993 substituída pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública.

10. Para tanto, trouxe à baila, julgados dos Egrégios Tribunais de Justiça dos Estados de Santa Catarina e Minas Gerais, dos Egrégios Tribunais Regionais Federais das 2ª e 4ª Regiões, entre outros, os quais corroborariam seus argumentos.

11. O impugnante também exemplificou alguns órgãos do Poder Executivo de outros entes federativos que optaram por adotar o sorteio público como critério de ordenamento das convocações dos habilitados, no âmbito de vossos respectivos certames.

12. Além de defender que o referido dispositivo legal não foi recepcionado pela Constituição Federal, o impugnante arguiu que a adoção do critério de antiguidade é irregular e que “*afronta aos princípios norteadores da Lei 12.133/21 (...)*”.

13. Ao final, o impugnante requereu a “*retificação do edital para alteração da condição do critério de convocação do Leiloeiro credenciado, devendo ser adotado a modalidade na lei de citação (12.133/21), e em caso de empate, que se proceda ao SORTEIO dos habilitados*”.

14. É a síntese do necessário.

### III – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

15. Em que pese a intempestividade do pedido do impugnante, é válido destacar que, embora anteceda à Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 21.981/32 é a norma jurídica **vigente** que regulamenta a profissão do leiloeiro na República Federativa do Brasil, a qual deverá, portanto, em homenagem ao princípio constitucional da legalidade, ser cumprida.

16. Outrossim, é importante esclarecer também que o presente caso **não** se trata de processo de licitação pública e o objetivo do certame não é escolher o melhor profissional.

17. Não há que se falar em licitação, justamente pela **ausência da competitividade** e, no presente edital, não se objetiva selecionar um leiloeiro, mas sim credenciar vários que atendam aos requisitos previstos em edital, para que todos, em igual oportunidade e, se assim desejarem, possam contratar com a Administração.

18. À luz do artigo 31, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 2021, que facultou à Administração Pública realizar o leilão por meio de servidor designado pela autoridade competente **ou** leiloeiro oficial a ser selecionado mediante credenciamento **ou** licitação na modalidade pregão, optou-se pela realização de leilões através de leiloeiros credenciados no presente edital.

19. A Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) define, por meio do seu artigo 6º, XLIII, que o credenciamento é “*processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública **convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados***”.

20. Portanto, o interesse desta Administração é explorar múltiplas e sucessivas contratações e esta perspectiva é permitida pelo credenciamento, procedimento auxiliar previsto no artigo 79, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

“Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I – paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

(...)”

21. Através do credenciamento, este órgão convocará os interessados em prestar serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem através deste edital para executar o objeto quando convocado.

22. Segundo Joel de Menezes Niebuhr:

“A primeira hipótese, versada no inciso I, corresponde à clássica de credenciamento, em que o interesse da Administração consiste em firmar contratações paralelas e não excludentes. Trata-se das situações em que não há relação de exclusão, **o interesse da Administração é de contratar todos os que queiram, desde que preencham os requisitos definidos** pela Administração. Sendo assim, os interessados **são tratados com igualdade pela Administração, porque todos são credenciados**. O credenciamento de um interessado não exclui o credenciamento de diversos outros interessados.” (Niebuhr, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 5ª edição. P 222. Editora Fórum).

23. Portanto, a data da posse do leiloeiro na Junta Comercial, ou seja, a sua antiguidade, é irrelevante para obter o credenciamento. Para se credenciar e contratar com o FUSP, basta o leiloeiro não implicar nas hipóteses do item 4 do edital, atender os requisitos previstos no item 5.4, e, quando convocado, apresentar a documentação prevista no item, 8.2, para contratação.

24. O critério de antiguidade previsto no artigo 42, do Decreto nº 21.981/1932 é aplicado com o único objetivo de ordenar as convocações dos leiloeiros classificados na lista inicial.

25. A partir de então, conforme necessidade da Administração, todos os credenciados serão contemplados, situação que se dispensa o critério de sorteio para se organizar as convocações.

26. Vale lembrar, também, que o edital de credenciamento não possui validade e permitirá o cadastramento permanente de novos interessados durante a sua vigência, reforçando ainda mais a premissa de múltiplas contratações.

27. Todos os leiloeiros independentes das suas posições classificatórias receberão as mesmas oportunidades de contratação, tendo em vista que o leilão será realizado quando o somatório do valor mínimo global de avaliação dos materiais declarados inservíveis para o serviço público, transferidos ou doados ao Fundo Social de São Paulo, atingir o valor estimado de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Alcançado esse valor, eventuais bens remanescentes integrarão outro leilão, a ser realizado pelo próximo leiloeiro da lista de credenciamento (2.1.1, do edital).

28. Considerando este critério padronizado, resta inquestionável o tratamento isonômico e justo a todos os leiloeiros que, independentemente do método de convocação, (se sorteio ou antiguidade), receberão, indistintamente, as mesmas oportunidades de negócio, pois o objeto é o mesmo.

29. Trata-se, o presente, sobre a situação de **contratação direta** por **inexigibilidade** de licitação, que se caracteriza, nos termos dos artigos 72, 74, IV, 78, I e 79, I, todos da Lei federal nº 14.133, de 2021, regulamentado o seu artigo 79, pelo Decreto federal nº 11.878, de 2024, que dispõe sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e

fundacional, adotado por este Governo, até a edição de norma específica que trata sobre o assunto no Estado de São Paulo.

**30.** Com efeito, a **Procuradoria Geral do Estado de São Paulo** tem entendido adequada a realização de credenciamento de interessados em participar dos leilões extrajudiciais dos bens pertencentes à Fazenda Pública, desde que satisfeitas as condições em edital, ordenando-se de acordo com o critério da antiguidade previsto no artigo 42, do Decreto federal nº 21.981/1932 (Pareceres CJ/CC nº 68/2024, CJ/SGGD nº 32/2024, CJ/SG nº 40/2021, PAs 197/2009 e 183/2004).

**31.** O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, nos autos do processo TC-70155/026/90, já decidiu pela manutenção da vigência do Decreto nº 21.981/1932, mesmo após a edição do Decreto-lei nº 2.300, de 21/11/1986, que regia as licitações antes da edição da Lei nº 8.666/93.

**32.** A jurisprudência do **Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** entende pela manutenção da escala de antiguidade para ordenar as convocações em edital de credenciamento. Senão, vejamos:

**Classe/Assunto:** Apelação Cível / Atos Administrativos

**Relator(a):** Djalma Lofrano Filho

**Comarca:** São Paulo

**Órgão julgador:** **13ª Câmara de Direito Público**

**Data do julgamento:** 28/02/2024

**Data de publicação:** 28/02/2024

**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. **LEILOEIRO**. Pretensão do impetrante de declarar a ilegalidade das cláusulas 7.1 e 7.4 do instrumento convocatório do Edital de Chamamento Público de nº 01/2022 para **credenciamento** de **leiloeiros** oficiais na FUSSESP. Segurança denegada na origem. Inconformismo do impetrante. Descabimento. Critério de **antiguidade** admitido no art. 42 do Decreto nº 21.981/1932. Ausência de ofensa à isonomia. Precedentes. Sentença mantida. Recurso não providos. (1033951-37.2022.8.26.0053).

**Classe/Assunto:** Apelação Cível / Licitações

**Relator(a):** Antonio Carlos Villen

**Comarca:** Jales

**Órgão julgador:** **10ª Câmara de Direito Público**

**Data do julgamento:** 09/01/2024

**Data de publicação:** 09/01/2024

**Ementa:** MANDADO DE SEGURANÇA. **Leiloeiro. Antiguidade**. Pretensão à declaração de ilegalidade das cláusulas 6.2 e 6.3 do Edital de **Credenciamento** nº 02/2023 da Delegacia de Polícia Civil de Jales, que estabelecem critério de **antiguidade** por tempo de inscrição na JUCESP para o **credenciamento** de **leiloeiros** oficiais. Critério previsto no art. 42 do Decreto Federal nº 21.981. Inexistência de ilegalidade ou violação ao princípio da isonomia. Precedentes jurisprudenciais. Segurança corretamente denegada. Recurso não provido. (1003828-66.2023.8.26.0297).

**Classe/Assunto:** Apelação / Remessa Necessária / Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

**Relator(a):** Oswaldo Luiz Palu

**Comarca:** Ribeirão Preto

**Órgão julgador:** 9ª Câmara de Direito Público

**Data do julgamento:** 14/12/2023

**Data de publicação:** 14/12/2023

**Ementa:** APELAÇÃO. Mandado de segurança. *Leiloeiro* Oficial. Edital de *Credenciamento* n. 01/2022. Critério de Classificação. Sentença de concessão da ordem reformada. 1. Discussão sobre o critério de classificação dos *leiloeiros* credenciados. Antiguidade o tempo de inscrição perante a JUCESP. Legalidade. 2. Intelecção do art. 42, caput do Decreto n. 21.981/32. Observância estrita da norma jurídica. Ausência de afronta à isonomia. Ordem de inscrição na Junta Comercial não é critério de preferência de escolha na contratação, mas apenas de organização objetiva da sequência de profissionais. 3. Dado provimento à remessa necessária e ao recurso voluntário. (1002860-88.2023.8.26.0506).

**Classe/Assunto:** Apelação Cível / Edital

**Relator(a):** Alves Braga Junior

**Comarca:** Araraquara

**Órgão julgador:** 6ª Câmara de Direito Público

**Data do julgamento:** 02/10/2023

**Data de publicação:** 02/10/2023

**Ementa:** MANDADO DE SEGURANÇA. *LEILOEIRO. ANTIGUIDADE. Leiloeiro* que pretende a declaração de ilegalidade das cláusulas 7.1 e 7.4, do Edital de *Credenciamento* nº 1/2022, da Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara, que estabelecem critério de *antiguidade*, pelo tempo de inscrição na JUCESP. Previsão no art. 42, caput, do Decreto 21.981/32. Inexistência de ilegalidade ou violação à isonomia. Sentença reformada. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO PROVIDOS. (1003602-02.2022.8.26.0037).

**Classe/Assunto:** Apelação / Remessa Necessária / Atos Administrativos

**Relator(a):** José Luiz Gavião de Almeida

**Comarca:** Franco da Rocha

**Órgão julgador:** 3ª Câmara de Direito Público

**Data do julgamento:** 28/07/2023

**Data de publicação:** 28/07/2023

**Ementa:** Mandado de segurança – Alegação de ilegalidade de cláusula do edital de chamamento público que colocou como critério de seleção a *antiguidade*– Caso em que tal critério não fere o princípio da isonomia e impessoalidade que devem existir na licitação – Ordem denegada – Recurso provido. (1001879-47.2022.8.26.0198).

**Classe/Assunto:** Agravo de Instrumento / Inexigibilidade

**Relator(a):** Antonio Carlos Villen

**Comarca:** Jales

**Órgão julgador:** 10ª Câmara de Direito Público

**Data do julgamento:** 06/06/2023

**Data de publicação:** 06/06/2023

**Ementa:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. Mandado de segurança impetrado contra ato administrativo que manteve o critério de *antiguidade* para classificação de *leiloeiros* oficiais no *credenciamento* promovido pela Delegacia de Polícia de Jales para prestação dos serviços de alienação de veículos, peças e outros tracionados apreendidos nas ações policiais. Pretensão à suspensão do procedimento de *credenciamento* e dos efeitos dele decorrentes. Liminar indeferida pela decisão agravada. Recurso que comporta conhecimento. Exame do mérito que, no entanto, deve adequar-se aos limites estreitos do mandado de segurança. Ilegalidade manifesta não caracterizada. Presunção de legitimidade do ato administrativo não elidida. Agravo de instrumento não provido. (2118359-69.2023.8.26.0000).

**Classe/Assunto:** Apelação Cível / Atos Administrativos

**Relator(a):** Ana Liarte

**Comarca:** Santo André

**Órgão julgador:** 4ª Câmara de Direito Público

**Data do julgamento:** 05/05/2023

**Data de publicação:** 05/05/2023

**Ementa:** APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – Pretensão do Impetrante ao afastamento do critério de *antiguidade* na formação da lista de *Leiloeiros* Oficiais credenciados – Impossibilidade – Critério de antiguidade previsto no art. 42 do Decreto nº 21.981/1932 – Ausência de ofensa à isonomia – Sentença de denegação da segurança mantida – Apelação desprovida (1027232-88.2022.8.26.0554).

**Classe/Assunto:** Agravo de Instrumento / Licitações

**Relator(a):** Oswaldo Luiz Palu

**Comarca:** Ribeirão Preto

**Órgão julgador:** 9ª Câmara de Direito Público

**Data do julgamento:** 20/04/2023

**Data de publicação:** 20/04/2023

**Ementa:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. Mandado de Segurança. 1. Decisão que deferiu a liminar para suspender os efeitos da homologação do resultado do *Credenciamento* nº 001/2022 no tocante ao rol de *leiloeiros* credenciados classificados conforme a *antiguidade* de suas matrículas junto à JUCESP. Alegação de afronta à isonomia. Desconfiguração. Ausência dos requisitos autorizadores à concessão da liminar nos termos do art. 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/09. 2. Ausência de 'fumus boni juris' porque a lista publicada no DOE de 28.12.2022 limita-se somente aos *leiloeiros* habilitados nos termos do item 7.3. do edital. Ademais, o critério de *antiguidade* configura apenas um ponto de partida para estabelecer critério de eleição do

*leiloeiro* e afastar a aleatoriedade da eleição. Cassada a liminar. 3. Agravo de instrumento provido (3001419-04.2023.26.0000).

**Classe/Assunto:** Apelação Cível / Abuso de Poder

**Relator(a):** Magalhães Coelho

**Comarca:** Santo André

**Órgão julgador:** 7ª Câmara de Direito Público

**Data do julgamento:** 23/02/2023

**Data de publicação:** 23/02/2023

**Ementa:** MANDADO DE SEGURANÇA – Licitação – *Credenciamento* de *leiloeiro*– Estipulado critério de *antiguidade* para chamamento – Previsão no artigo 42 do Decreto-Lei nº 21981/32 – Inexistência de ilegalidade ou de violação à isonomia – Sentença de improcedência mantida – Recurso desprovido (1056304-71.2022.8.26.0053).

**Classe/Assunto:** Apelação Cível / Atos Administrativos

**Relator(a):** Percival Nogueira

**Comarca:** São Paulo

**Órgão julgador:** 8ª Câmara de Direito Público

**Data do julgamento:** 27/10/2021

**Data de publicação:** 27/10/2021

**Ementa:** MANDADO DE SEGURANÇA – *LEILOEIRO* OFICIAL – Edital que direciona a escolha do *leiloeiro* oficial, inicialmente, em conformidade com a norma estabelecida no artigo 42, do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que dispõe sobre o critério sequencial da *antiguidade* do registro na Junta Comercial – Admissibilidade – Sentença mantida – Recurso desprovido (1003687-71.2021.8.26.0053).

33. Isto porque, a antiguidade configura apenas um ponto de partida para estabelecer um critério razoável ao credenciamento do leiloeiro, afastando, tão somente, a aleatoriedade, não atribuindo privilégio aos profissionais mais antigos.

34. O artigo 42, do Decreto nº 21.981, de 1932, norma recepcionada pela Constituição Federal que não gera afronta ao princípio da isonomia ou demais normas constitucionais, na medida em que disciplina somente organização inicial da lista de credenciados.

35. Ressalta-se, novamente, que a ordem de inscrição na Junta Comercial não é critério técnico ou de preferência de escolha na contratação, mas apenas uma organização objetiva da fila de profissionais e, portanto, aqueles leiloeiros contratados vão para o final da fila, dado o sistema de rodízio, permitindo a participação igualitária dos leiloeiros habilitados que preenchem as condições previstas no edital.

36. Portanto, resta claro que o ato convocatório impugnado não possui qualquer elemento de ilegalidade ou abuso de poder que pudesse justificar a sua alteração, suspensão ou revogação, merecendo ser preservado nos seus próprios termos.

## IV – CONCLUSÃO

37. Diante de todo o exposto, nos manifestamos pelo **NÃO CONHECIMENTO** do pedido do impugnante, **DANIEL ELIAS GARCIA**, com proposta de ser expedida decisão pela Senhora Chefe de Gabinete do FUSSP, no sentido de manter incólume o inteiro teor do Edital de Credenciamento FUSSP nº 01/2024, nos termos do item 12, do referido edital.

38. Em homenagem aos princípios da transparência e publicidade que regem os atos da Administração Pública, recomendamos que o interessado seja notificado, e a r. decisão seja publicada no Diário Oficial do Estado e no site [www.fundosocial.sp.gov.br](http://www.fundosocial.sp.gov.br).

À Consideração de Vossa Senhoria.

São Paulo, 02 de agosto de 2024.

**REBEKA DYONEE SILVA MACIEL**

Presidente

**RICARDO BIANCHI**

Membro Titular

**PAULO CEZAR XAVIER DOS SANTOS**

Membro Titular



Documento assinado eletronicamente por **Rebeka Dyonee Silva Maciel, Diretor II**, em 02/08/2024, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cezar Xavier dos Santos, Assessor I**, em 02/08/2024, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Bianchi, Oficial Administrativo**, em 02/08/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0035476001** e o código CRC **FD91228F**.



Governo do Estado de São Paulo  
Casa Civil  
Centro de Material Excedente

**DESPACHO**

PROCESSO : nº **001.00007885/2024-25**  
IMPUGNANTE : DANIEL ELIAS GARCIA – JUCESP Nº 1146  
IMPUGNADO : FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO - FUSSP  
ASSUNTO : Impugnação ao Edital de Credenciamento FUSSP nº 01/2024

À vista dos elementos de instrução dos autos, **ACOLHO** a manifestação da Comissão Executiva de Leilão de Materiais Inservíveis (0035476001), **NÃO CONHECENDO** a Impugnação apresentada por DANIEL ELIAS GARCIA, em razão da sua intempestividade, mantendo-se inalterado o edital em comento.

Notifique-se o interessado e publique-se a decisão.

São Paulo, 02 de agosto de 2024.

**CRISTINA DE ALMEIDA PRADO**

Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Cristina De Almeida Prado, Chefe de Gabinete**, em 02/08/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0035468232** e o código CRC **BC5CD0EA**.